**A QUESTÃO DA CRIAÇÃO DO ESTADO DO TAPAJÓS**

Djalmira de Sá Almeida

**RESUMO**: O objetivo deste artigo é informar à sociedade itaitubense, paraense e brasileira, como está a questão da Criação do Estado do Tapajós, com base em pesquisa exploratória da comunicação nos *sites* e *blogs* de notícias sobre a Amazônia. Muitos brasileiros e a maioria dos políticos do Brasil não conhecem a região norte deste país e não sabem que o Estado do Tapajós, parte do Pará, ainda não existe de direito, mas já existe de fato, desde o período da Cabanagem. Isto é, essa entidade já nasceu há mais de séculos, entretanto, não reivindica nada, além do direito que já tem, porém só quer agora ter sua Certidão de Nascimento, precisando agora de novo plebiscito, no entanto, apenas com os municípios interessados para exercer

sua cidadania. Além disso, se essa unidade federativa nascer oficialmente não irá precisar de subsídios do governo federal, até porque essa área do Tapajós já se mantém, desde muito, sem a bênção do governo.Palavras-chave: Política, Estado do Tapajós, Governo, Cidadania, Direito.

**Introdução**

Visitando blogs e sites que tratam da Questão do Tapajós, percebe-se um polêmico jogo de interesse estatal, envolvendo o monopólio das riquezas do Tapajós. Ao contrário do que se apregoa como separatismo, interesse político e oportunismo, a criação do Estado do Tapajós só trará benefícios, pois servirá para solidificar a vigilância e a soberania sobre as riquezas, gerando renda e empregos também para o povo do interior. Assim, devido à distância que separa a Região do Baixo Amazonas da capital do Pará, o futuro Estado já se constitui uma unidade com vida própria, desde o Brasil Imperial. A falta de presença do poder público em espaços distantes Trilhas do rio Tapajós: perspectivas socioambientais para a sustentabilidade da capital (Belém) é evidente em relação às áreas ribeirinhas do interior do Pará, impedindo há décadas o desenvolvimento econômico regional.

**Proposta antiga de criação do estado do Tapajós.**

O Estado do Tapajós é uma proposta antiga do povo do interior do Pará para criação de nova unidade federativa do Brasil, resultante do desmembramento do Pará, ou seja, das regiões do Baixo Amazonas e do Sudoeste Paraense. Seria o 3º maior estado brasileiro em área territorial, superado apenas por Amazonas e Mato Grosso, cujo trajeto é responsável pelo escoamento da produção econômica de grãos que passam por Itaituba em direção à Santarém para exportação pelo Porto de Barcarena, na área metropolitana de Belém, seguindo para a Europa, países árabes e China.

A provável capital do novo estado seria a cidade de Santarém, que possui atualmente 294 774 habitantes (IBGE/2010). Contudo, a região conta com cidades de grande importância socioeconômica as quais recebem migrantes

de vários estados do Brasil, especialmente do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sul, tais como: Itaituba, Monte Alegre, Rurópolis, Uruará, Trairão, Novo progresso, Jacareacanga, Placas e outros. Essa ideia é tão antiga, quanto à fama da antiga Aldeia do Tapajós e da Administração do Barão do Tapajós, com sede em Santarém. Entretanto, a iniciativa de oficializar a área como província partiu do governo central, há mais de 150 anos, no início do século XIX, mas no Oeste, esse desejo emancipacionista tem raízes históricas mais remotas e solicitações de lideranças populares, que em 1850, pressionaram Dom Pedro II a assinar o decreto de criação da Província do Rio Negro, mais tarde Província e estado do Amazonas, quando as elites paraenses daquelas unidades procuraram, sem sucesso, a separação por conta própria, em 1832. Após a perda da área do oeste, as lideranças regionais permaneceram inconformadas e os atritos foram frequentes entre as duas unidades. Surgiu, então, a ideia de se criar uma terceira província. Em 1869, foram intensos os debates no Parlamento Imperial sobre a necessidade de transformar o Baixo Amazonas paraense (Oeste do Pará) em uma província autônoma. Em 1832, o Grão-Pará tinha três comarcas: Belém, Santarém e Manaus. Santarém adquiria status jurídico e administrativo igual e o desejo da autonomia que nunca alcançou.

A redivisão territorial voltou a ser discutida para resolver as diferenças de limites entre os anos de 1869 e 1877. Após a República, foram feitas várias propostas de reordenamento territorial do Brasil sempre evidenciado a Amazônia e citando o Tapajós, seja como província ou como um futuro estado. Entre os anos de 1933 e 1980, cogitou-se a redivisão territorial da Amazônia, incluindo o estado do Pará, como alternativa de desenvolvimento social da região do Tapajós. Nomes como os de Segadas Viana, Juarez Távora e Ronan Liberal, (na época, Prefeito de Santarém), propuseram a criação do estado.

Em 1984, em Santarém, consolidou-se um novo momento de luta pelo plebiscito do estado do Tapajós, com repercussão que quase criou o Estado do Tapajós, na Assembleia Constituinte de 1988. Embora não tenham conseguido a criação do Estado, os líderes do interior do Pará fundaram a Frente Popular pelo estado do Tapajós, apoiando o projeto de 1993 do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em 1995, um relatório da Comissão de Estudos Territoriais da Assembleia Legislativa do estado do Pará foi apresentado no Senado Federal, retomando em 1999, com o Projeto de Decreto Legislativo de Consulta Plebiscitária sobre a criação do estado do Tapajós.

**Movimento pelo plebiscito do estado do Tapajós.**

O Movimento Pelo Plebiscito e Criação do Estado do Tapajós, juridicamente constituído, tinha apoio maciço da população local. O projeto posto na Mesa do Plenário, com pedido de urgência do deputado federal José Priante foi aprovado no dia 31 de maio de 2011. A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional aprovou Trilhas do rio Tapajós: perspectivas socioambientais para a sustentabilidade em 2010 o projeto de convocação do plebiscito sobre a divisão do Pará para criação dos Estados de Tapajós e Carajás. Para isto foram consultados os cidadãos dos 144 municípios do estado do Pará, ou seja, a região diretamente afetada. O plebiscito foi realizado pelo Tribunal Regional do Pará, no prazo de seis meses da promulgação das normas, passo fundamental para a criação de um novo estado, com o aval da população dos municípios diretamente envolvidos, dando continuidade ao processo, com a consulta da assembleia do estado a ser desmembrado e a aprovação pelo Congresso, de uma lei complementar instituindo a Nova Unidade Federativa. Embora no ano de 2011, o senado federal aprovasse a realização de plebiscito para o final do ano, visando consultar a população do Pará a respeito da divisão do território do Pará para criar o Tapajós, não houve preocupação com o diferencial numérico da população da área metropolitana, a qual não tinha nem tem interesse em perder o domínio econômico das áreas de mineração do estado. Previa-se a criação do Tapajós a partir da desintegração de 27 municípios paraenses da parte oeste do Pará. Além de Santarém, havia também outras cidades de grande importância socioeconômica como Itaituba, importante Polo Comercial Hidroviário, com economia baseada na mineração e prestação de serviços de terceiro setor, escolhido pelo Governo Federal para comportar o Complexo Hidroelétrico de São Luís do Tapajós, com 5 usinas previstas para o Alto Tapajós, além da pavimentação da Transamazônica e a BR163 Cuiabá –Santarém, cujas obras já estão em evidência desde 2010. Assim, em 31 de maio de 2011, a Câmara Nacional aprova um plebiscito para dividir o Estado do Pará, incentivada pela população das regiões garimpeiras a pressionar parlamentares pelo Estado do Tapajós. A proposta de divisão envolvia também, além do Tapajós, a criação do estado do Carajás, não contando com o diferencial da população da área metropolitana, pois somente a capital já garantiria o fracasso, da criação do estado do Tapajós.

**Razões apresentadas para a criação do Tapajós.**

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão responsável por estudos socioeconômicos (2010), apresentou estudos sobre a viabilidade do novo estado e constatou que o custo econômico total da nova unidade federativa seria de R$ 832 milhões anuais.. Na região do Tapajós, essa taxa apresentou-se abaixo do mínimo e apesar de Santarém ser considerada uma cidade universitária com 14 instituições de ensino superior, na época, os investimentos do governo do estado na região ainda estavam abaixo do esperado.Referente ao saneamento básico, conjunto de procedimentos adotados em uma determinada região que visa proporcionar uma situação higiênica saudável para os habitantes, tais como: tratamento de água, canalização e tratamento de esgotos, limpeza pública de ruas e avenidas, coleta e tratamento de resíduos orgânicos (em aterros sanitários regularizados) e materiais (através da reciclagem), em nenhuma cidade do Pará, até então, tinha sido possível garantir melhores condições de saúde para as pessoas, evitando a contaminação e proliferação de doenças, nem mesmo a preservação do meio ambiente. Do total que foi investido em saneamento, mais de 92% ficaram com a região metropolitana de Belém; Tapajós com 3,58% e Carajás, 3,75%.

**Movimentação atual**

O Estado do Tapajós, proposta de criação de nova unidade federativa

do Brasil, seria resultante do desmembramento do Pará, ou seja, das regiões do Baixo Amazonas e Sudoeste Paraense. O novo Estado que deveria ser criado por meio de um plebiscito em que todos os eleitores do Pará deveriam participar da eleição, foi derrotado. Porém, se o Tapajós fosse escolhido, seria o terceiro maior estado brasileiro em área territorial, superado apenas por Amazonas e Mato Grosso. A capital do provável do Estado seria Santarém, que na época tinha aproximadamente 294 774 habitantes, com 27 municípios e um PIB de R$ 8,76 bilhões, segundo dados do IBGE (2011). Na capital do estado, Belém, o NÃO à criação do estado de Tapajós chegou a 93,88% dos votos e o NÃO à criação do estado de Carajás foi de 94,87%. Já nas possíveis capitais dos novos estados, Santarém e Marabá, o apoio à divisão do Pará foi maciço.

Em Santarém, 97,78% dos eleitores que compareceram às urnas votou a favor da criação de Carajás e 98,63% a favor da criação de Tapajós. Em Marabá, 93,26% dos votos foram favoráveis à criação de Carajás e 92,93% a favor da criação de Tapajós. Entretanto, novas movimentações voltaram a ocorrer em torno de novo plebiscito, agora envolvendo apenas os municípios da mesorregião do Tapajós que não querem ser Estado do Pará. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) à respeito da divisão territorial do Pará. A intenção é alterar a redação do artigo 18 da Constituição Federal que

discorre sobre a divisão territorial para a criação de novas unidades da federação. A proposta é modificar o trecho do desmembramento que, após

plebiscito na área interessada estabelece que a consulta seja feita somente

na área que quer se emancipar.

Atualmente, aguarda-se um novo plebiscito para saber a opinião da população da região e, para isto iniciou-se nova coleta de assinaturas em 2014, no centro de Santarém, Itaituba e municípios circunvizinhos, com intenção de conseguir 1, 5 milhão de assinaturas para enviar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei, de Iniciativa Popular (Plip) em que estarão incluídos apenas 23 municípios da região, sem Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Vitória do Xingu, excluídos porque a maioria da população desses municípios votou contra a divisão do Pará

durante o plebiscito de 2011.

**Conclusões**

Com base dados explorados das notícias presentes na mídia sobre a criação do Tapajós, verifica-se que o tema ficou velado entre os políticos, durante a última campanha eleitoral para presidente, senador, deputado e governador, e mesmo depois de eleitos tendem a desviarem o assunto.

Entretanto, para a Oficialização do Estado do Tapajós nem é necessário

contenda, só é preciso debate, acordo e bom senso para certificar esse adulto

que não tem documento. Faz-se necessário que o Congresso Nacional discuta o assunto, esclarecendo população acerca da extensão territorial do norte do Brasil, da arrecadação correspondente a cada mesorregião e sobre os problemas de redistribuição dos impostos para os municípios isolados do país.

É importante explicar sobre a dificuldade de administrar os imensos estados da Amazônia Legal, prestando serviço público de qualidade a todas as camadas da população de áreas de difícil acesso (indígenas, quilombolas e

ribeirinhos) à margem dos programas do governo e dos benefícios da ciência

e da tecnologia. Deste modo, os políticos do Brasil deveriam conhecer mais sobre o interior do Pará, sua diversidade biocultural para entender que o Estado do Tapajós já existe. Ele só precisa de reconhecimento oficial do resto do Brasil, ou seja, sua Certidão de Nascimento, ou reconhecimento de sua autonomia para crescer. O Tapajós, se ficar emancipado, com direito de administrar suas próprias riquezas minerais e vegetais bem como seu potencial hídrico, terá condições econômicas de se manter, independente de políticas públicas. A ausência do poder público no interior do Pará tem impedido o desenvolvimento econômico, tanto pela distância que separa a região do Tapajós da capital do Pará, quanto pela ausência de gestão que estimula criação do futuro Estado, o qual mesmo derrotado no primeiro plebiscito, na prática, já se constitui uma unidade autônoma, de fato, e mais

do que um projeto político, é um projeto de desenvolvimento econômico e social no Norte do Brasil.

Publicado no livro da SEMMA **Trilhas do rio Tapajós: perspectivas socioambientais para a sustentabilidade.**

**REFERÊNCIAS**

CENTRO AVANÇADO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS. Banco de dados

do Tapajós. Santarém: CEAMA, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Balanço Geral do Estado do Pará: 2010. Belém: SE-FA/PA, 2011. www.sefa.pa.gov.br ; acessado em 10/11/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Estados. Brasília: IBGE, 2011.

MACHADO, João. Divulgação dos resultados do plebiscito para o Pará pelo TSE, 2014.

G1 DE SANTARÉM - Notícias: CCJ aprova PEC que propõe plebiscito apenas no oeste do Pará, 2014.

PEREIRA, José L. Viabilidade econômica do Estado do Tapajós. Santarém:

CEAM

*TRILHAS DO TAPAJÓS: PERSPECTIVAS SOCIOAMBIENTAIS PARA A SUSTENTABILIDADE (PDF Download Available)*.